

# Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba

*Peripheral paradiplomacy and Brazilian subnational governments: the case of the state of Paraíba*

Liliana Ramalho Froio<sup>1</sup>   
Leandra Myrela Batista<sup>2</sup> 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.66457]

Recebido em: 18/04/2023  
Aprovado em: 06/03/2024

**Resumo:** Qual é a capacidade de atuação internacional dos governos subnacionais periféricos e quais os resultados dessas ações para o desenvolvimento local? Os governos subnacionais dos países possuem condições objetivas (características institucionais, econômicas, geográficas, sociais) e subjetivas (interesses e percepções de grupos da elite social e política) distintas e isso impacta as políticas públicas locais, tanto em relação à capacidade e condições materiais dos governos de executarem suas políticas quanto em relação aos interesses e a agenda política desses governos. Para as localidades periféricas dos países essas condições podem ser ainda mais desafiadoras para a consecução de suas políticas. O objetivo do artigo consiste em analisar um caso de atuação subnacional periférica no Brasil, no âmbito das relações internacionais, para compreender os seus reais processos e condições limitadoras (capacidade) e os resultados locais obtidos com as ações internacionais engendradas. Este estudo de caso sobre a paradiplomacia no estado da Paraíba (Brasil) identifica e apresenta informações sobre as condições locais, os atores, os interesses, os processos e os resultados de atividades internacionais. Conclui-se que governos subnacionais periféricos podem desenvolver maneiras próprias ou autônomas de atuação, mesmo com sua realidade local adversa.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia; Governos periféricos; Brasil; Paraíba.

**Abstract:** What is the international capacity of peripheric subnational governments and what are the results of their international actions for local development? The subnational governments of the countries have different objective (institutional, economic, geographical, social) and subjective conditions (interests and perceptions of groups from

<sup>1</sup>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)– E-mail: [liliana.froio@gmail.com](mailto:liliana.froio@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC)– E-mail: [pereiraleandram@gmail.com](mailto:pereiraleandram@gmail.com).

the social and political elite) and this impacts local public policies, both in relation to the capacity and material conditions of governments to implement their policies and in relation to the interests and political agenda of those governments. In the case of countries' peripheric locations these conditions can be even more challenging for the achievement of policies. The objective of the article is to analyze a case of peripheric subnational activity in Brazil, within the scope of international relations, to understand its real processes and limiting conditions (capacity) and the local results obtained with the international actions engendered. This case study on paradiplomacy in the state of Paraíba (Brazil) identifies and presents information on local conditions, the actors involved, interests, processes and results of its international activities, which allows for a broader reflection on how the international performance of peripheric subnational governments occurs.

**Keywords:** Paradiplomacy; Peripheric governments; Brazil; Paraíba.

## **1. Introdução**

Os governos subnacionais têm tido cada vez mais um protagonismo no cenário internacional. Em 1970, apenas 4 estados dos Estados Unidos possuíam escritórios no exterior. Em 2015, o número sobe para 40 estados com 199 escritórios estabelecidos em 30 países, principalmente na China, México e Japão (Burnett, 2015). No Brasil, a captação de empréstimos externos por estados brasileiros no período entre 1960-1970 foi de U\$ 410 milhões - sendo 64 operações de crédito realizadas por 18 estados. No período seguinte (1971-1980), esse valor sobe para U\$ 3,95 bilhões, captados em 142 operações de crédito dos estados brasileiros (Maia, 2012, pp. 282-294). Em 2011, o então Presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick, afirmou que 80% dos empréstimos do banco com o Brasil eram destinados aos seus entes federativos (Fonseca, 2013, p. 74).

A atuação internacional de governos locais não é um fenômeno recente, visto que essas ações subnacionais são identificadas há pelo menos três séculos, mas o que se verifica é que têm ocorrido um aumento na intensidade das conexões internacionais subnacionais. Por isso que a denominada paradiplomacia<sup>3</sup> possui características diferenciadas nas últimas décadas (Soldatos, 1990, p. 35). Primeiramente, os governos subnacionais têm ingressado no sistema internacional de forma direta e autônoma, utilizando recursos próprios e em busca dos seus interesses específicos. Em segundo lugar, percebe-se uma ampliação no escopo das ações e no volume e diversidade de parcerias, de tal forma que mais governos de cidades e regiões estão envolvidos com instituições e em projetos de cooperação internacional e surgem mais espaços de participação das autoridades locais em instituições internacionais.

Os fatores responsáveis por essa intensificação na paradiplomacia são tanto de origem internacional quanto de origem doméstica, sejam eles referentes ao nível nacional ou local. No âmbito internacional, as transformações tecnológicas em curso têm proporcionado uma maior interdependência entre os atores. Elas expõem os governos locais às crises e interferências externas e facilitam os contatos e o acesso desses governos ao sistema internacional, tornando essas práticas mais acessíveis, diversificadas e numerosas. Se, por um lado, as crises mundiais provocam recessão e escassez de recursos, impactando negativamente o desenvolvimento local ou até mesmo gerando retrocessos, por outro lado, faz com que governantes locais busquem alternativas para atenuar o

---

<sup>3</sup> Terminologia usualmente utilizada para definir a atuação internacional dos governos subnacionais, ou seja, as ações internacionais em que há o protagonismo dos governos locais ou regionais dos países.

impacto da crise, o que pode incluir acessar instituições estrangeiras e firmar parcerias internacionais, no intuito de trazer investimentos, adquirir capacitação técnica, promover o comércio, replicar experiências internacionais exitosas e obter recursos financeiros externos.

No contexto internacional, algumas agendas têm proporcionado o protagonismo dos governos locais, como é o caso da agenda do desenvolvimento sustentável (ODS), da integração regional e da cooperação descentralizada. Essas agendas favorecem a participação internacional de governos regionais e locais na medida que as ações negociadas e firmadas, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento sustentável, acabam sendo implementadas e concretizadas no nível local.

No entanto, mesmo com uma conjuntura internacional favorável à paradiplomacia, os fatores domésticos ainda podem ser um obstáculo para a projeção internacional dos governos subnacionais. As particularidades políticas, institucionais, estruturais, jurídicas e tantas outras mais podem determinar positiva ou negativamente a internacionalização das unidades subnacionais, como ressalta Panayotis Soldatos (1990) em seu modelo de análise sobre os determinantes da paradiplomacia. Alguns fatores de nível nacional que poderiam interferir na paradiplomacia seriam: a burocracia, os erros ou ineficiência do governo federal/central, as incertezas constitucionais, as ausências institucionais no âmbito federal, os choques de interesse em assuntos internacionais. No nível local, destacam-se fatores relacionados às especificidades das condições locais, como infraestrutura, características socioeconômicas, políticas, institucionais, culturais, educacionais e até mesmo a visão da liderança política sobre questões internacionais.

Essas condições locais podem evidenciar realidades bastante díspares, retratando muitas vezes a assimetria existente entre as unidades territoriais dos países, particularmente no que concerne os níveis de desenvolvimento de cada localidade. Essas assimetrias gerariam, por consequência, capacidades de ação e de interesses distintos. Entende-se que, no caso das localidades periféricas dentro dos países, isto é, de territórios mais pobres e menos desenvolvidos, a consecução de políticas ou a atuação internacional seria mais difícil. Isso porque, de forma geral, cidades ou regiões mais desenvolvidas – em termos socioeconômicos – possuem melhores condições institucionais, de infraestrutura, de recursos humanos e estariam mais aptas para desenvolverem a paradiplomacia (Froio, 2015a; Froio, 2015b; Froio & Medeiros, 2020; Kuznetsov, 2014; Matsumoto, 2011; Soldatos, 1990; Tavares, 2016).

Todavia, é preciso destacar que a motivação desses governos subnacionais periféricos não se difere da motivação das demais unidades territoriais de um país, que consiste na busca pelo bem-estar e melhoria de suas condições locais. Além disso, esses governos periféricos podem desenvolver maneiras próprias ou autônomas de atuação e não necessariamente seguir o mesmo formato ou caminho de atuação de outras localidades.

Assim, o objetivo do trabalho consiste em trazer reflexões sobre a atuação subnacional periférica no âmbito das relações internacionais, a partir do estudo de caso do estado da Paraíba (Brasil), para compreender os reais processos e condições limitadoras (capacidade) desses territórios e os resultados locais obtidos com as ações internacionais engendradas. Em grande medida, objetiva-se compreender a capacidade de atuação internacional de governos subnacionais periféricos e os resultados obtidos com essas ações. A metodologia utilizada consistiu em revisão da literatura sobre o problema da assimetria nas relações internacionais subnacionais e em pesquisa empírica sobre o Brasil e o estado da Paraíba, com realização de entrevistas e aplicação de um questionário eletrônico junto a servidores públicos dos governos estaduais brasileiros<sup>4</sup>.

O trabalho está dividido em 3 seções: uma primeira seção para definir e identificar a discussão mais ampla sobre paradiplomacia, assimetria e governos periféricos; uma segunda seção para apresentar as características gerais da atuação internacional de governos locais no Brasil, com destaque para os governos periféricos; e a terceira seção para apresentar o caso do estado da Paraíba e as particularidades de um tipo de paradiplomacia periférica.

## **2. Paradiplomacia, assimetria e governos periféricos**

Como relatado, fatores tanto de nível internacional quanto doméstico têm motivado a atuação internacional de governos subnacionais. Todavia, o intuito deste trabalho é refletir sobre os determinantes específicos de nível subnacional relacionados às condições locais e ao grau de desenvolvimento da localidade.

---

<sup>4</sup> Os dados sobre os governos estaduais brasileiros foram coletados entre 2013 e 2015 e referem-se ao período entre 1990 e 2015. Foram levantados por um dos autores do trabalho em sua pesquisa doutoral a partir da aplicação de questionários eletrônicos junto a gestores públicos dos estados brasileiros. Já os dados específicos sobre o governo do estado da Paraíba foram atualizados em pesquisas posteriores a partir de projetos de iniciação científica e referem-se ao período de 2015-2016.

Os governos nacionais precisam estar cada vez mais atentos às demandas dos governos subnacionais e isso inclui a política externa nacional, que nem sempre atende aos interesses diversos das unidades territoriais dos países. Soldatos (1990) aponta que a política externa dos Estados pode segmentar-se territorialmente de quatro maneiras: por meio da segmentação objetiva, segmentação perceptiva, segmentação de políticas e segmentação de atores.

A segmentação objetiva refere-se às características de cada região do país, como diferenças geográficas, culturais, linguísticas, religiosas, econômicas, políticas. A segmentação perceptiva refere-se às diferenças existentes entre as elites e populações das localidades, que resultam em diferentes atitudes, percepções, lealdades, concepções de interesse em termos de política externa. A segmentação de políticas consiste nos diferentes posicionamentos dos entes subnacionais em relação a assuntos de política externa e a segmentação de atores ocorre quando unidades federadas se tornam de fato atores de política externa, utilizando seu próprio aparato burocrático para atuar internacionalmente. Dessa forma, os entes subnacionais diferenciam-se e segmentam-se em termos objetivos e perceptivos e, como consequência, podem apresentar também uma segmentação de políticas e de atores (Soldatos, 1990).

Nos casos em que os governos nacionais não conseguem articular e inserir em suas políticas externas as diferentes demandas locais resultantes dessa segmentação, o que ocorre na maioria dos casos, então os governos subnacionais vão em busca de maior autonomia na esfera internacional. A paradiplomacia pode ser vista então como “um caminho alternativo encontrado pelos governos não-centrais para simplificar o processo de participação em matérias de política externa e ainda terem seus objetivos específicos atendidos” (Froio, 2015a, p. 24).

Os incentivos das localidades para atuarem internacionalmente, mesmo que de forma autônoma e paralela à política externa nacional, provém das vantagens percebidas nessa inserção internacional. A paradiplomacia pode ser uma ferramenta de promoção do desenvolvimento, de geração de bem-estar e de modernização das localidades. Os projetos e as ações de cooperação internacional firmadas são voltadas para o atendimento de áreas da administração pública, como saúde, cultura, educação, meio ambiente, saneamento, habitação, infraestrutura, gestão de resíduos sólidos etc. É possível gerar desenvolvimento por meio do acesso e incorporação de conhecimento, tecnologias e experiências práticas estrangeiras.

De acordo com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entidade de representação dos municípios brasileiros, a cooperação internacional descentralizada, através de trocas de experiências, permite às cidades brasileiras aprimorar as políticas públicas de governança local, seja apresentando o que se faz bem-feito ou ao conhecer outras realidades e formas de aplicação. As atividades paradiplomáticas incluem ainda abertura de escritórios de representação no exterior, acordos de irmanamento entre cidades; participação em redes internacionais de cidades; missões ao exterior para divulgação e atração de investimentos; negociações com empresas multinacionais e captação de recursos externos.

Todavia, de acordo com Barreto (2015), entende-se que a prática de atividades paradiplomáticas depende da capacidade local de cada governo subnacional, sendo que cada um deles definiria a sua atuação internacional de acordo com as suas condições internas. Como já ressaltado, as cidades e regiões mais desenvolvidas teriam mais facilidade e seriam mais atuantes internacionalmente por serem mais procuradas por atores externos e possuírem melhores condições materiais e financeiras para se engajarem no sistema internacional (Soldatos, 1990, p. 46).

No entanto, é preciso destacar que, além das capacidades, a paradiplomacia depende da decisão das lideranças políticas e da sua percepção sobre as vantagens ou desvantagens de desenvolver as relações exteriores do território que governa. Assim, se por um lado os entes federativos mais desenvolvidos teriam melhores condições de fazerem relações internacionais, por outro lado, os menos desenvolvidos (periféricos) podem contar exatamente com o incentivo de buscar as ferramentas internacionais para gerar desenvolvimento e, para tanto, a percepção do líder político seria essencial. A “situação do estado na federação brasileira, aí incluídos os desequilíbrios regionais existentes ou potenciais, constituem poderosa força a impulsionar os estados para relações externas” (Rodrigues, 2004, p. 170). O diplomata José Vicente Lessa destaca que “muito do que se realiza no campo da paradiplomacia se deve ao empenho pessoal de líderes que, convencidos das vantagens a serem aferidas, conseguem levar adiante as iniciativas” (Lessa, 2007, p. 127).

Assim, seria preciso uma melhor qualificação do problema da assimetria dentro dos estudos de paradiplomacia, tendo em vista que o exercício da paradiplomacia por governos periféricos (ou com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico) não deveria ser avaliado meramente por meio da análise quantitativa e comparada com

governos subnacionais mais ricos ou desenvolvidos. Faz-se necessário considerar as especificidades da atuação internacional dos governos periféricos e do seu *modus operandi*, tendo em vista que as distintas formas de inserção internacional, de interesse de agenda e de tempo de concretização dos objetivos traçados podem resignificar o campo de estudos e considerar a existência de uma paradiplomacia periférica com características próprias. A paradiplomacia periférica seria, portanto, a forma de atuação internacional de governos subnacionais periféricos dos países, que pode ser caracterizada muitas vezes por interesses e/ou capacidades distintas dos governos subnacionais mais desenvolvidos.

Na próxima seção, busca-se apresentar as características gerais da paradiplomacia brasileira, com destaque para a problematização da atuação internacional dos governos periféricos do país.

### **3. Os governos periféricos no Brasil e a atuação internacional**

A paradiplomacia no Brasil pode ser identificada desde a promulgação da Constituição de 1891, quando os governos estaduais obtiveram autonomia para buscar empréstimos com organismos internacionais. Na década de 1930, houve retrocessos na atuação internacional subnacional em razão da centralização política crescente, do período subsequente da ditadura e das intervenções do governo federal em nível subnacional. Somente com o processo de redemocratização nos anos 1980 é que os entes federativos brasileiros (estados e municípios) voltaram a ter autonomia e incentivos para atuarem internacionalmente (Maia, 2012).

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido que a gestão dos assuntos internacionais e a competência para celebrar atos internacionais sejam de competência exclusiva do governo federal, ela garantiu a descentralização tributária, permitindo que estados e municípios administrassem suas receitas e despesas públicas, o que permitiu que os entes federativos continuassem a buscar recursos estrangeiros. “Com a Constituição de 1988, permitiu-se pela primeira vez mecanismos novos para uma maior efetividade descentralizadora e autônoma das unidades federadas brasileiras, embora o monopólio de ação internacional continue – ao menos oficialmente – retido no Estado federal” (Kugelmas & Branco, 2005, p. 180).

Assim, embora a Constituição de 1988 não tenha definido as competências de atuação internacional de estados e municípios, exceto a garantia constitucional de firmar acordos financeiros externos com o aval do Senado Federal, verifica-se um aumento gradual da paradiplomacia no país. Em 2005, das 27 unidades da federação brasileira (26



estados e o Distrito Federal), 19 possuíam setores específicos voltados para a área internacional (Brigagão, 2005). Em 2013, ao utilizar os mesmos parâmetros empregados em 2005 pelo professor Clóvis Brigagão, verificou-se que todos os estados brasileiros possuíam setores para lidar com questões de âmbito internacional (Froio, 2015a, p. 26). A presença de órgãos que lidam com assuntos internacionais dentro das administrações públicas estaduais sinaliza a evolução da paradiplomacia no país e o interesse dos governos subnacionais na temática.

Esse interesse dos governos subnacionais na área de relações internacionais ocorre, em grande medida, devido à procura de entidades e governos estrangeiros por parcerias com os entes federativos brasileiros e em razão da percepção da paradiplomacia como um instrumento na promoção do desenvolvimento local. Esse interesse é relatado em estudos que apontam a promoção econômica e o desenvolvimento local como os principais objetivos dos entes subnacionais para atuarem internacionalmente (Blatter, Kreutzer, Rentl, & Thiele, 2010; Keating, 1999, 2004; Lecours, 2008). Nesse sentido, o intuito dos governos é ter acesso a investimentos e mercados. “No caso do Brasil, pode-se supor que uma das razões pelas quais cidades e estados aumentaram sua preocupação com o mundo exterior é o fato de que eles vêm sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico” (Vigevani, 2006, p. 129).

Os resultados dos questionários utilizados neste trabalho, aplicados junto aos servidores públicos estaduais no período entre 2013-2015<sup>5</sup>, confirmam que o fator econômico (trazer investimentos externos, captar recursos e financiamento externo, estimular o comércio exterior) tem sido o principal motivo para os estados fazerem relações internacionais: 52% do total dos 199 respondentes do questionário assinalaram as questões econômicas como prioritárias. Foi questionado ainda acerca das áreas priorizadas pelos governos ao fazerem relações internacionais no intuito de compreender os interesses no âmbito das políticas públicas locais. Cerca de 58% responderam que o desenvolvimento da economia consistia na principal área priorizada, seguida pelas áreas de infraestrutura (24%) e tecnologia (23%).

---

<sup>5</sup> Os questionários aplicados e os dados levantados a partir deles provém de pesquisa doutoral de um dos autores do trabalho. Os questionários eletrônicos foram enviados por e-mail para os funcionários públicos de todos os estados brasileiros. Foram 199 questionários respondidos por indivíduos que trabalharam com ações internacionais dentro das administrações públicas estaduais. Alguns dados apresentados neste trabalho são inéditos e não constam na tese doutoral.

É interessante notar que quando classificamos as respostas de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>6</sup> dos estados brasileiros, na tentativa de verificar os impactos do nível de desenvolvimento de cada território nas suas motivações para se engajarem internacionalmente, não houve alterações significativas nos resultados e o desenvolvimento econômico permaneceu como principal área priorizada para todos os estados. Esses resultados confirmam que, embora possam existir assimetrias e capacidades de atuação internacional bastante distintas no território brasileiro, a busca pelo desenvolvimento e pelo bem-estar da população local é questão essencial para todos os governos, de tal maneira que os governos periféricos também se interessam por paradiplomacia para atingir esses objetivos. Assim, mais uma vez reforça-se que, se por um lado, os territórios mais desenvolvidos teriam melhores condições e recursos para atuar internacionalmente, por outro lado, os menos desenvolvidos (periféricos) possuem o incentivo de buscar as ferramentas internacionais exatamente para melhorar o seu desenvolvimento local.

### *3.1. A paradiplomacia dos governos periféricos brasileiros*

Texto Para qualificar melhor o lugar dos governos periféricos na paradiplomacia, particularmente na paradiplomacia brasileira, faz-se necessário compreender a realidade econômica e social dos territórios e as características gerais da atuação internacional desses territórios a partir dessa condição local.

Primeiramente, é preciso ressaltar que os entes federativos brasileiros são: a União (Governo Federal), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. São essas entidades subnacionais que possuem personalidade jurídica e autonomia na federação brasileira. Os governos estaduais e municipais brasileiros (e o Governo do Distrito Federal) têm exercitado a paradiplomacia com base na sua autonomia política, garantida pelo sistema federalista brasileiro, e no âmbito de assuntos em que possuem competência constitucional. Ocorre que o Brasil é um país com dimensões continentais e território bastante heterogêneo, o que requer uma análise mais detalhada sobre a paradiplomacia e suas diferenciações em âmbito regional.

O país possui 5 regiões (ou macrorregiões) em que as unidades subnacionais são agrupadas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O agrupamento em regiões

---

<sup>6</sup> O IDHM consta no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (Disponível no website <http://atlasbrasil.org.br/2013/>) e considera as mesmas três dimensões do IDH Global: renda per capita, longevidade, educação – mas adequando-os ao contexto brasileiro e aos indicadores nacionais.

levou em consideração apenas aspectos geográficos e naturais e, portanto, elas não possuem nem personalidade jurídica, nem autonomia política. Todavia, aspectos históricos (econômicos, políticos e de povoamento) e aspectos geográficos (físicos, climáticos, ambientais, humanos) impactaram o nível de desenvolvimento dessas regiões, isto é, dos entes federativos que nelas se encontram, de tal forma que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os piores índices de desenvolvimento e de vulnerabilidade social, em oposição às regiões Sul e Sudeste, que apresentam os melhores índices. Não analisaremos as origens e causas que levaram a esse contexto de assimetria interna pois foge do escopo do trabalho. O intuito é identificar e apresentar os territórios periféricos no Brasil e, em seguida, analisar os dados coletados na pesquisa que retratam as características e as formas de atuação internacional dos governos de cada região.

Para começar, a título de referencial de análise, quando analisamos o IDH Global dos países no ano de 2021, o Brasil aparece na 87ª posição com um índice de 0,754. Os países nas primeiras colocações apresentam índices acima de 0,9 – considerados muito altos. Em 2017, a média nacional do IDHM brasileiro foi de 0,778, mas ao analisar o índice desagregado por estado aparecem 20 estados abaixo desse valor: todos os estados da região Norte (7 estados) e todos os estados da região Nordeste (9 estados), além de 3 estados do Centro-Oeste e 1 estado do Sudeste. Foram 4 estados com índices abaixo de 0,7 (3 da região Nordeste e 1 da região Norte), sendo classificados então na categoria de desenvolvimento mediano (IPEA, PNUD & FJP, 2019, p. 27).

Quando analisamos o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que foi construído a partir de indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – que engloba o IDHM e mais indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade –, novamente temos evidências das discrepâncias entre as regiões brasileiras e da maior desigualdade concentrada nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 2010, cerca de 83% dos municípios brasileiros que se encontravam em situação de baixa vulnerabilidade social (pouco vulneráveis) estavam localizados nas regiões Sul e Sudeste do país. Já os municípios na faixa de *muito alta* vulnerabilidade social estavam localizados em grande maioria nas regiões Nordeste e Norte do país (72,4% e 23,4% do total de municípios brasileiros, respectivamente) (IPEA, 2015, p. 49).

Todos esses dados servem para identificar as regiões periféricas do país, em que há maior pobreza, vulnerabilidade social e menor desenvolvimento. Portanto, os governos subnacionais periféricos brasileiros estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, com

maior destaque para a região Nordeste, em que se situa o estado da Paraíba – estudo de caso do presente trabalho.

Quando buscamos analisar as características da paradiplomacia brasileira a partir da perspectiva regional, as condições e a capacidade de atuação internacional também se mostraram discrepantes. Todavia, é preciso ressaltar que, apesar da constatação de que os governos periféricos brasileiros possuem condições objetivas piores do que aqueles das regiões mais desenvolvidas do país, por outro lado, isso não impediu, em grande medida, o engajamento internacional e a busca pelo exercício da paradiplomacia. Ao levantar os acordos formais de cooperação financeira e técnica internacional, firmados pelos governos estaduais brasileiros no período entre 1999 e 2014, verificou-se que o estado de São Paulo – com segundo maior IDHM e com maior peso no PIB nacional – foi o que teve um maior número de acordos firmados (12% do total). Mas os estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará – todos da região Nordeste do país – apareceram logo em seguida, ocupando a segunda, terceira e quarta colocação como os estados com maior número de acordos firmados. Ao analisar os dados por região, verificou-se ainda que cerca 35% dos acordos internacionais firmados concentravam-se na região Nordeste, 26% na região Sudeste e 18,5% na região Norte. Os dados evidenciam, portanto, “como a região (Nordeste) possui potencial para a cooperação internacional e como a paradiplomacia pode interessar aos governos desses estados em certos momentos. Entretanto, a região ainda não possui as melhores condições para fazer avançar as suas relações internacionais” (Froio, 2015b, on-line).

Apesar de encontrar uma alta intensidade de atividades paradiplomáticas em determinados governos periféricos, há problemas relevantes identificados na paradiplomacia do conjunto de governos dessas regiões que impactam a sua forma de atuar internacionalmente. Os resultados dos questionários aplicados evidenciaram que os estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste exercem a paradiplomacia, em grande medida, sem nenhum planejamento prévio. Cerca de 68% e 59% dos servidores públicos dos estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente, disseram que raramente ou nunca há uma política definida de relações internacionais nos estados. Nessas duas regiões também foi relatado a existência de uma estrutura paradiplomática precária e da falta de equipe qualificada. A região Nordeste apresentou os piores resultados, apenas 10% responderam que existe uma estrutura adequada para atuação internacional, enquanto 38% assinalaram a necessidade de uma melhor estrutura.

Ao analisarmos a evolução da estrutura paradiplomática dos estados das regiões periféricas – isto é, as instituições voltadas para a gestão dos assuntos internacionais dentro dos estados – verificamos que, na maioria das vezes, quando há um órgão voltado para as relações internacionais, eles estão inseridos em algumas Secretarias e voltados para assuntos específicos (como comércio exterior e turismo). Nesse formato, a autonomia desses órgãos é prejudicada, “já que seguem as orientações de uma hierarquia de órgãos ou agentes dentro da Secretaria a qual pertencem, e esses agentes (funcionários) têm que lidar com diversos outros assuntos além da temática internacional” (Froio, 2015a, p. 129).

Em relação ao nível de preparo para lidar com assuntos internacionais, cerca de 33% e 29% do total dos respondentes das regiões Norte e Nordeste, respectivamente, indicaram que as pessoas envolvidas possuem pouco ou nenhum preparo para lidar com questões internacionais. De forma geral, como esperado, as melhores condições objetivas (como estrutura institucional, recursos financeiros, recursos humanos, infraestrutura) foram observadas na região Sudeste. “A estrutura física dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo foi indicada como satisfatória por 77% dos respondentes e somente 15% apontaram a necessidade de funcionários qualificados” (Froio, 2015a, p. 108). Também nas regiões Sul e Sudeste, nesta ordem, foram 36,4% e 43,4% pessoas que indicaram haver muito preparo para lidar com assuntos internacionais.

Portanto, a conclusão geral a partir dos dados levantados é de que a paradiplomacia dos governos periféricos no Brasil pode ser ativa e intensa, mas sofre com problemas como a falta de planejamento, falta de estrutura apropriada, despreparo dos gestores e dos funcionários, falta de recursos financeiros e de autonomia. Nesse cenário, de atuação internacional mesmo em ambiente adverso, torna-se relevante compreender com mais detalhes as particularidades dessa paradiplomacia periférica e do seu modo de funcionamento e, por isso, trataremos em seguida da atuação internacional do estado da Paraíba.

#### **4. O estado da Paraíba e o exercício da paradiplomacia periférica**

A O estado da Paraíba localiza-se na região Nordeste do Brasil, uma região que ainda apresenta características de desenvolvimento periférico, com estados com IDHM piores do que a média nacional, principalmente quando analisamos os índices de educação e renda. Em 2010, havia 47,7% dos municípios nordestinos com IVS alto e 32,4% com

IVS muito alto. Na faixa de baixo IVS encontravam-se apenas algumas poucas cidades, entre elas a capital da Paraíba (o município de João Pessoa/PB) e mais 6 cidades paraibanas (IPEA, 2015, p. 58). O PIB da Paraíba em 2020 foi de cerca de R\$ 70 bilhões de reais<sup>7</sup>, o que correspondia a 0,92% do PIB do país, ocupando assim a 18ª colocação no ranking de estados brasileiros com maior PIB nacional.

Em relação à sua configuração territorial, o estado da Paraíba possui 223 municípios, sendo que a grande maioria deles (84,7% dos municípios) possuem menos de 20 mil habitantes. Somente a capital, João Pessoa, é que possui população acima de 500 mil habitantes<sup>8</sup>. A segunda maior cidade da Paraíba, em termos populacionais, é Campina Grande e possui cerca de 385 mil habitantes. Trata-se, assim, de um estado povoado por cidades pequenas.

A partir desse perfil de território subnacional periférico é que buscamos compreender a atuação internacional do estado. Primeiramente, é preciso destacar que a pesquisa foca no governo estadual e não em governos municipais e refere-se ao período entre 2015 e 2016 – momento em que foram realizadas a maioria das entrevistas deste estudo. Esse período corresponde à gestão do governador Ricardo Coutinho (2011-2019) do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Sobre os projetos e ações de cooperação internacional, foram identificados 9 projetos de cooperação técnica e 11 de cooperação financeira neste período, com destaque para os seguintes projetos:

1. Programa do Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE): programa em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);
2. Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba (PROFISCO): programa em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com intermédio do Governo Federal;
3. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR): programa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Ministério do Turismo/Governo Federal;

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis no site do IBGE. Ver: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 18 de abril de 2023.

<sup>8</sup> De acordo com o IBGE, a população estimada de João Pessoa em 2021 é de 825.796 habitantes. Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em 18 de abril de 2023.

4. Projeto Cooperar PB: projeto voltado para a redução da pobreza rural e em parceria com o Banco Mundial (BIRD).

Os gestores públicos estaduais ligados a esses projetos internacionais ou aos órgãos com atuação internacional no estado e que foram entrevistados na pesquisa são:

1. Roberto Vital (Projeto Cooperar/PB): entrevista concedida em 12/04/2016;
2. André Freitas Félix (Empreender/PB): entrevista concedida em 14/04/2016;
3. Vlaminck Saraiva (Gestão Unificada EMATER/PB): entrevista concedida em 25/04/2016;
4. Ruth Avelino (PBTur): entrevista concedida em 26/04/2016;
5. Marcos Procópio (SETDE/NAI): entrevista concedida em 29/04/2016;
6. Fábria Maia (PRODETUR): entrevista concedida em 14/06/2016;
7. Jefferson Dantas (PROFISCO): entrevista concedida em 28/06/2016;
8. Luiz Carlos Rangel Soares (Projeto Eixos Integrados/SEPLAG): entrevista concedida em 29/06/2016;
9. Ana Patrícia Almeida (PROCASE): entrevista concedida em 06/07/2016.

#### *4.1. Capacidades e estrutura institucional da paradiplomacia na Paraíba*

Uma primeira característica identificada na paradiplomacia da Paraíba consiste na sua estrutura institucional descentralizada: não tem sido criado um setor específico de relações internacionais que concentre todas as ações internacionais do estado e foram identificadas várias Secretarias e órgãos que desenvolviam projetos e atividades paradiplomáticas de forma autônoma. As instituições públicas estaduais identificadas foram: 1) Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP); 2) Companhia Docas da Paraíba; 3) Empresa Paraibana de Turismo (PBTur); 4) Gestão Unificada (EMAPA; INTERPA e EMATER); 5) Núcleo de Atração de Investimentos (NAI); 6) Empreender-PB; 7) Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG); 8) Secretaria da Infraestrutura, dos Recursos Históricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA); 9) Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT); 10) Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE).

Algumas dessas instituições não existem mais, como o Núcleo de Atração de Investimentos, extinto em 2014. Por outro lado, órgãos como o CINEP criou em 2019 um Departamento de Atração de Investimento e Relações Internacionais. Essas oscilações na

criação e extinção de órgãos, bem como a gestão descentralizada dos assuntos internacionais por meio de diversos órgãos é um problema relevante para a continuidade das atividades paradiplomáticas e está relacionado à ausência de planejamento ou estratégias de internacionalização.

Esse modelo descentralizado de gestão traz diversos outros empecilhos, como relatado nas entrevistas com os funcionários do estado. As relações internacionais do governo da Paraíba ocorrem de forma isolada, ou seja, em função do empenho de determinados gestores e sem coordenação ou comunicação com demais órgãos – muitos projetos internacionais poderiam envolver mais setores da administração estadual ou mesmo contar com a *expertise* daqueles que já desenvolvem ações internacionais. A compreensão dos entrevistados é de que se houvesse um órgão específico para lidar com a área de relações internacionais este poderia ajudar as demais secretarias do estado, tornando-as preparadas para atrair e lidar com as oportunidades de âmbito internacional. Isso porque um dos principais problemas relatados também é a questão da falta de preparo e qualificação técnica dos funcionários envolvidos. Muitos funcionários dentro da administração estadual não têm conhecimento da área de relações internacionais e de outras línguas estrangeiras e não tem conhecimento técnico sobre como elaborar projetos e lidar com as instituições estrangeiras – e isso faz com que os atores estrangeiros e seus interesses se sobreponham aos interesses do governo da Paraíba.

Outra questão relevante identificada nas entrevistas foi a relação do estado da Paraíba com o Governo Federal, a qual é marcada pelo distanciamento e abandono. Vlamínck Saraiva, Ana Patrícia Almeida, Marcos Procópio, Luiz Carlos Rangel Soares relataram que houve impasses e divergências entre o governo estadual e o Governo Federal durante a cooperação internacional e, muitas vezes, as instâncias estaduais têm que assumir os custos financeiros e de logística, o que limita a ação internacional buscada. Diante da ausência do Governo Federal, os gestores da Paraíba entendem que a existência de um órgão específico para lidar com a área de relações internacionais poderia facilitar a articulação e sistematização das atividades, a comunicação interna entre os órgãos e as secretarias, e a relação com as entidades estrangeiras.

Essas dificuldades encontradas no ambiente paradiplomático paraibano não diminuiu, no entanto, o interesse pela paradiplomacia. Uma das principais razões relatadas pelos entrevistados para a permanência do interesse e a persistência em atuar internacionalmente consiste na percepção subjetiva do governador Ricardo Coutinho. O



então gestor do Núcleo de Atração de Investimentos do estado à época, Marcos Procópio, relatou que o governador dava certa autonomia para que os órgãos pudessem atuar e a Presidente da PBTur, Ruth Avelino, também informou que Ricardo Coutinho tinha uma visão extremamente moderna e arrojada para a expansão da área, apesar de enfrentar dificuldades em relação à forma de pensar dos funcionários do estado. Vlamínck Saraiva (Gestão Unificada/EMATER) informou ainda que o governador sempre estava por perto, dando suporte e autonomia para que o financiamento externo pudesse chegar até a Paraíba.

De forma geral, o que se percebe é que a atuação internacional do estado da Paraíba provém de fato da motivação de pessoas, o que inclui o governador, mas também os gestores dentro do governo. Essa é uma característica geral da paradiplomacia e não está circunscrita aos governos periféricos. Como destaca Carlos Matsumoto:

A decisão pode ter sido tomada pelos motivos mais diversos, como uma experiência internacional que o político tenha tido antes de assumir o governo local (um intercâmbio quando era estudante, por exemplo), uma formação universitária em Comércio Exterior ou Relações Internacionais, ou outra hipótese correlata. O fato é que nem sempre as decisões de políticas públicas em nível local seguem uma lógica racional. O personalismo, nesses casos, pode ter grande influência nas medidas adotadas (Matsumoto, 2011, pp. 112-113).

Essa atuação internacional descentralizada, personalista e sem planejamento contribui para a observação do fenômeno do *stop and go*, que nada mais é do que a descontinuidade de ações, projetos ou mesmo instituições e gestores em razão da mudança nas lideranças políticas, fazendo com o que era importante torne-se obsoleto (Vigevani, 2006; Vigevani & Prado, 2009). Dessa maneira, a paradiplomacia não é executada de maneira contínua. No caso da Paraíba, essa situação pode ser exemplificada com o encerramento das atividades do NAI após a saída de Marcos Procópio da coordenação do órgão.

#### *4.2. Os projetos e as ações de cooperação internacional na Paraíba*

Uma Ao pesquisar os projetos e ações internacionais do estado da Paraíba percebe-se que a condição de periferia não retira dos governos o interesse pelo bem-estar das suas populações, pelo crescimento econômico e, conseqüentemente, por promover ações internacionais que proporcionem esses benefícios. Há, claramente, deficiências na

capacidade e estrutura institucional dessas localidades, o que determina um modo de atuar distinto, mas não diminui a utilidade da paradiplomacia.

As temáticas dos projetos estão voltadas para o desenvolvimento, o que confirma a tendência geral de que a paradiplomacia é buscada principalmente para fins econômicos: projeção no comércio internacional, atrair investimentos, captar recursos. O objetivo é que os investimentos e recursos captados possam ser direcionados para o crescimento econômico, como é o caso do Projeto Cooperar que, apesar de focar a pobreza rural, objetiva desenvolver economicamente localidades do interior da Paraíba. Isso também fica evidente quando identificamos os principais parceiros internacionais dos projetos, que são as instituições financeiras internacionais: Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Os projetos focam, portanto, em obras de infraestrutura, capacitação de pessoas, modernização da gestão local, aumento de produtividade e competitividade, investimento em setores produtivos locais, estratégias de produção e comercialização. O problema da ausência do Governo Federal também tem um impacto nos projetos. Segundo Vlaminc Saraiva (Gestão Unificada/EMATER), houve momentos em que havia interesse em buscar parceria com atores externos mas, para um estado periférico como o da Paraíba, era muito difícil fazer uma prospecção desse tipo sem o auxílio de um organismo preparado, como é o caso do Governo Federal. O que tem facilitado a paradiplomacia do estado é o envolvimento de outros órgãos dentro do estado, sejam eles públicos ou privados. Em razão da complexidade do financiamento com o BID, os gestores do PROFISCO, por exemplo, buscaram contratar uma empresa que fornecesse consultoria durante o processo de elaboração do projeto e no acompanhamento da execução de suas ações. Jefferson Dantas, diretor do PROFISCO, ressaltou que, como o BID prezava por qualidade nas atividades implementadas, isso permitiu que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) contratasse instituições que fornecessem as melhores condições técnicas.

Luiz Carlos Rangel (Projeto Eixos Integrados/SEPLAG) destacou ainda a exigência desses organismos internacionais no que tange a implementação e execução dos projetos. Havia o problema da “falta de funcionários qualificados para lidar com os assuntos técnicos e internacionais nas instâncias das secretarias envolvidas na execução das ações do programa” (Batista, 2019, p. 59). Nesse sentido, foi necessário que o governo do estado firmasse parcerias com outras entidades públicas ou mesmo privadas, em razão

das necessidades de 5 eixos de atuação do projeto. “Todo o aporte de estratégia, modernização, integração, fortalecimento e desenvolvimento do programa teve auxílio de consultorias realizadas pela empresa Macrologística” (Batista, 2019, p. 59).

No Projeto Cooperar, Roberto Vital também relatou alguns problemas com o Banco Mundial (BIRD) durante a execução do projeto.

Semestralmente, os funcionários internacionais e nacionais do BIRD deslocavam-se para a Paraíba com o intuito de monitorar e avaliar a execução dos projetos nas comunidades locais. Além de reunirem-se com o chefe executivo do estado e sua equipe, os gestores do Cooperar/PB e os funcionários da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), os técnicos do BIRD conversaram diretamente com a população envolvida a fim de tentar compreender a sua realidade local. Esse monitoramento, relata Roberto Vital, era maçante devido à pressa que o BIRD tinha para poder obter resultados, ignorando, alguma das vezes, a realidade do estado, que por possuir uma região extremamente pobre não conseguia reproduzir todas as atividades de uma maneira automatizada e rápida (Batista, 2019, p. 62).

Em todos os projetos os entrevistados relataram diversos problemas na relação com os organismos internacionais, especialmente a questão do nível de exigência, qualificação técnica dos funcionários do governo do estado, a posição centralizadora da instituição internacional e a falta de conhecimento destas entidades acerca das regras jurídicas locais e da própria realidade da população local. Há, no entanto, uma avaliação positiva dos projetos, que conseguem atender as principais demandas locais.

Durante a pesquisa, foi possível acompanhar uma das ações do Projeto Cooperar na cidade de Itabaiana, interior da Paraíba, no dia 28 de abril de 2016. Tratou-se de um encontro com alguns beneficiários das ações do projeto, como os catadores de lixo da cidade. Pelos relatos obtidos, verificou-se que houve melhoras nas condições de trabalho e de vida dos moradores. O Projeto permitiu abrir novas vagas para catadores de lixo, o quais relatam que conseguiram sair das ruas a partir do emprego obtido. No entanto, os moradores reclamaram da demora no repasse financeiro feito pelo Governo do Estado da Paraíba e pela prefeitura da cidade.

Em 2019, o atual governador da Paraíba (João Azevêdo) anunciou o novo Programa Paraíba Rural Sustentável também sob coordenação do Projeto Cooperar e em parceria com o BIRD. O programa objetiva fornecer capacitação, gerar segurança hídrica (com a perfuração de poços e implantação de cisternas), promover a sustentabilidade da caatinga (por meio da construção de barragens e recomposição de mata ciliar), criar alianças produtivas e estrutura logística para as cadeias produtivas do estado. Essa

renovação do Projeto e obtenção de novos recursos junto ao Banco Mundial demonstram tanto a relevância do projeto quanto o interesse do governo do estado acerca da área internacional.

De forma geral, os entrevistados demonstram que os projetos firmados possuem fragilidades, as quais esboçam algumas limitações domésticas do estado do Paraíba, decorrentes da sua condição de estado periférico. Mas há a percepção de que são ações importantes para o estado, que trazem recursos, capacitação e transformam a realidade local.

## **5. Considerações finais**

O estudo de caso do estado da Paraíba (Brasil) permite problematizar a atuação internacional dos governos periféricos e qualificar melhor o problema da assimetria nas pesquisas sobre paradiplomacia. Há o entendimento de que as condições objetivas (ou materiais) locais resultam em capacidades distintas de atuação internacional, ocasionando limitações ou retrações na paradiplomacia de governos periféricos. Nesse sentido, os territórios com melhores níveis de desenvolvimento teriam melhores condições institucionais, de infraestrutura, de recursos humanos e estariam mais preparados para desenvolverem suas atividades paradiplomáticas. Por outro lado, as localidades em piores condições de desenvolvimento não teriam esses mesmos recursos, o que impactaria a intensidade da sua atuação internacional.

De fato, como observado no caso brasileiro, as condições locais evidenciaram problemas importantes e capacidades bastante díspares, atreladas aos níveis de desenvolvimento de cada região. A realidade das regiões periféricas brasileiras dificulta o exercício da paradiplomacia e pode limitar a diversificação e inserção internacional. Todavia, é preciso destacar que isso não tem impedido a motivação desses governos subnacionais periféricos, que mesmo assim buscam parcerias internacionais com o objetivo de promover o desenvolvimento, o bem-estar e a modernização dos seus territórios. A motivação para fazer relações internacionais, seja dos governos de territórios desenvolvidos ou de territórios periféricos, é a mesma: desenvolvimento econômico. Por isso que foram encontrados diversos projetos e ações de cooperação internacional no estado da Paraíba, no período entre 2015 e 2016, voltados para essa área.

Um fator importante nesse processo de internacionalização, talvez mais importante do que a condição de governo subnacional periférico, é a decisão das lideranças políticas e a sua percepção sobre as vantagens ou desvantagens de desenvolver

ações internacionais. A consideração do líder político pode impactar mais os rumos da paradiplomacia do que o seu PIB. No Brasil, a paradiplomacia não tem se apresentado de maneira homogênea e, apesar de não ter sido normatizada, cada governo subnacional pode definir suas atividades internacionais de acordo com as suas competências. Assim, o líder político é determinante e possui autonomia. No caso do estado da Paraíba, o governador e os gestores dos projetos eram pessoas conscientes da relevância das relações internacionais e foram responsáveis pelo avanço da paradiplomacia no estado.

Quando analisamos especificamente o estado da Paraíba, percebemos ainda que a ausência do Governo Federal também teve um impacto importante na paradiplomacia do estado, na medida que não há amparo e o governo precisa assumir todas as responsabilidades financeiras e de logística. O *know how* do Ministério das Relações Exteriores também poderia auxiliar o governo, particularmente nas questões mais técnicas atreladas aos organismos internacionais.

Em síntese, há particularidades referentes à paradiplomacia dos governos periféricos que precisam ser consideradas para melhor avaliar qual é a real capacidade de atuação internacional desses governos e de que forma isso limita suas atividades. No caso do estado da Paraíba, percebe-se que o governo do estado desenvolve atividades paradiplomáticas mesmo com as dificuldades apresentadas e isso evidencia um *modus operandi* diferenciado, porém persistente. Essa seria a real condição da paradiplomacia periférica: forma de atuar, interesses e/ou capacidades distintas dos governos subnacionais mais desenvolvidos, mas não a sua inação

## **Referências**

Batista, Leandra Myrela Pereira. (2019). *A paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático periférico em construção*. (Monografia de final de curso), UFPB, João Pessoa, Brasil.

Blatter, Joachim; Kreutzer, Matthias; Rentl, Michaela & Thiele, Jan. (2010). Preconditions for foreign activities of european regions: tracing causal configurations of economic, cultural and political strategies. *Publius*, 40 (1), 171-199.

Brigagão, Clóvis. (2005). *Relações Internacionais Federativas no Brasil: Estados e Municípios*. Rio de Janeiro: Gramma.

Bueno, Ironildes. (2010). *Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

Burnett, Jennifer. (2015). Beyond borders: State International Trade Offices. *Capitol Ideas – The Council of State Governments*, November/December, 30-31. Disponível em: [https://issuu.com/csg.publications/docs/ci\\_nov\\_dec\\_2015\\_website](https://issuu.com/csg.publications/docs/ci_nov_dec_2015_website). Acessado em 05/02/2024.

FNP. (2024). *Site da Frente Nacional de Prefeitos*. Cooperação internacional descentralizada. Disponível em: Portal FNP - Cooperação Internacional Descentralizada. <https://www.fnp.org.br/internacional/cooperacao-internacional-descentralizada>. Acesso em 05/02/2024.

Fonseca, Marcela Garcia. (2013). *Os entes federativos brasileiros frente ao direito internacional*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais), IRI/USP, São Paulo, Brasil.

Froio, Liliana Ramalho. (2015a). *A paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros*. (Tese de doutorado em Ciência Política) UFPE, Recife, Brasil.

Froio, Liliana Ramalho. (2015b). A cooperação internacional e o Nordeste brasileiro. *Observatório Brasil e o Sul*. Disponível em: <https://obs.org.br/cooperacao/836-a-cooperacao-internacional-e-o-nordeste-brasileiro>. Acessado em 18/04/2023.

Froio, Liliana Ramalho & Medeiros, Marcelo de Almeida. (2020). Analysing the Asymmetry in decentralised international co-operation: the case of Brazil/Europe sub-national relations. *Contexto Internacional*, v. 42, p. 303-325.

Gomes Filho, Francisco. (2011). *A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

**Froio & Batista. *Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba***

IPEA. (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: IPEA. Disponível em: [http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf). Acessado em 18/04/2023.

IPEA, PNUD & FJP. (2019). *Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices no período de 2012 a 2017*. Brasília: IPEA; PNUD; FJP. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM\\_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf) Acessado em 18/04/2023.

Keating, Michael. (2004). Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias. In: Tullo Vigevani, Luiz Eduardo W. Wanderley, Maria Inês Barreto & Marcelo Passini Mariano. *A dimensão subnacional e as relações internacionais* (pp.49-75). São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC.

Keating, Michael. (1999). Regional and international affairs: motives, opportunities and strategies. In: Francisco Aldecoa & Michael Keating. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments* (pp 1-16). Londres: Frank Cass Publishers.

Kugelmas, Eduardo & Branco, Marcello Simão. (2005). Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo. In: Tullo Vigevani & Luiz Eduardo W. Wanderley. (Orgs). *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul* (pp. 161-188). São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; FAPESP.

Kuznetsov, Alexander. (2014). *Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs*. Abingdon: Routledge.

Lecours, André. (2008). Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world. In: Virginie Duthoit & Ellen Huijgh. (Eds.). *Discussion papers in diplomacy* (pp. 1-22). Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'. Disponível em <<http://www.kamudiplomasisi.org/pdf/kitaplar/paradiplomacylessonsfromthe.pdf>>. Acessado em 05/09/2020.

Lessa, José Vicente da Silva. (2007). *Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*. Viçosa: Ed. UFV.

Maia, José Nelson Bessa. (2012). *A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas*. 599f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - IREL/UNB, Brasília.

Matsumoto, Carlos Eduardo Higa. (2011). *Os determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros*. (Dissertação de mestrado em Relações Internacionais), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

Rodrigues, Gilberto Marcos Antônio. (2004). *Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*. (Tese de doutorado em Ciência Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Froio & Batista. *Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba***

Soldatos, Panayotis. (1990). An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: Hans Michelmann & Panayotis Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units* (pp. 34-53). New York: Oxford University.

Tavares, Rodrigo. (2016). *Paradiplomacy: cities and states as global players*. Cambridge: Oxford University Press.

Vigevani, Tullo. (2006). Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62) outubro, 127-139.

Vigevani, Tullo & Prado, Débora Figueiredo (2009). Ações e problemas da paradiplomacia no Brasil. In: José Blanes Sala & Ana Lúcia Gasparoto. (Orgs.). *Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas* (pp. 25-54). Marília: Unesp – Oficina Universitária.